

RELATÓRIO

REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA A INICIATIVA DE BIOECONOMIA NO G20 - GIB

Palácio do Itamaraty – Brasília

07 DE FEVEREIRO DE 2024

ONU@
programa para o
meio ambiente

G20
BIOECONOMIA

MINISTÉRIO DA
CIÉNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES
EXTERIORES

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

2024 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA

Aviso Legal

Esta publicação foi elaborada com base nos resultados do Seminário Nacional Preparatório para as reuniões da Iniciativa Global do G-20 em Bioeconomia (GIB), realizado no dia 7 de fevereiro de 2024 no Palácio do Itamaraty, Brasília. Os resultados, as interpretações, as recomendações, as estimativas e as conclusões expressas neste estudo foram compiladas e cuidadosamente revisadas pela relatora. O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima ou o(s) autor(es) não podem ser responsabilizados por qualquer reivindicação, perda ou prejuízo direto ou indireto resultante do uso ou confiança depositada sobre as informações contidas neste estudo, ou direta ou indiretamente resultante dos erros, imprecisões ou omissões de informações neste estudo. Este documento e suas informações não refletem a opinião do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima de outros órgãos do governo participantes e consultados para elaboração deste relatório. O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima se exime da responsabilidade de implementar quaisquer dos resultados, interpretações, recomendações, estimativas ou conclusões contidas neste estudo.

Facilitadora

Tatiana Espíndola

Relatora

Léa Beatriz Araújo

Coordenação técnica

Susan Edda Seehusen

Suporte técnico

Bruna De Vita Silva Santos

Carolina Clemente

Ébida Santos

Marcio Selva

Apoio

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade – TEEB.

Reunião preparatória para a Iniciativa de Bioeconomia no G20 – GIB

A Importância do
Uso Sustentável da Biodiversidade
para a Bioeconomia

Ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Itamaraty

Sumário

1. Apresentação	5
2. Roteiro Metodológico	7
1. Objetivo	7
1. 1 Dinâmica da Oficina	7
1. 2 Programação realizada	10
3. Produtos da Oficina	11
3.1 Boas-vindas e abertura oficial	11
3.2 Perspectivas da bioeconomia no G20 e no Brasil.....	14
3.3 Visões sobre a biodiversidade na bioeconomia: perspectivas no âmbito do G20 .	18
3.4 Subsídios do Brasil na temática bioeconomia para o G20.....	23
Grupo 1: Financiamento da bioeconomia	23
Grupo 2: Sociobioeconomia, conhecimento tradicional e repartição de benefícios...	26
Grupo 3: Papel da ciência, tecnologia e inovação nas cadeias produtivas da biodiversidade	27
Grupo 4: Diversidade e regeneração - Sistemas agroalimentares	30
Grupo 5: Desenvolvimento industrial aliado ao uso sustentável da biodiversidade...	32
4. Encerramento	35
5. Avaliação do evento.....	36
Anexo B – Registro Fotográfico	38

1. Apresentação

O Grupos dos Vinte (**G20**) é o principal fórum de cooperação econômica internacional e, inicialmente, concentrava-se em questões macroeconômicas gerais e, posteriormente, expandiu sua agenda para incluir temas como o comércio, desenvolvimento sustentável, saúde, agricultura, energia, meio ambiente, mudanças climáticas e combate à corrupção. O G20 funciona com presidências rotativas anuais e, neste ano, o Brasil exerce essa liderança sendo responsável por organizar reuniões técnicas e conferências ministeriais que culminarão na 19ª Cúpula do G20 a ser realizada nos dias 18 e 19 de novembro de 2024 no Rio de Janeiro. Esse evento contará com os países-membros do grupo, com países convidados e com organizações convidadas.

Como países-membros estão 19 países dos cinco continentes, a União Africana (recém-admitida) e a União Europeia que juntos respondem por cerca de 85% do PIB mundial, 75% do comércio internacional e 2/3 da população mundial.

O G20 está organizado em duas trilhas principais: trilha de sherpas e trilha de finanças e, como uma inovação trazida pela presidência brasileira, contará com um espaço de participação e contribuição da sociedade civil nas discussões e formulações de políticas relacionadas à cúpula, o G20 Social.

Com isso, dentro da iniciativa transversal de bioeconomia no G20, estão organizadas 3 reuniões preparatórias que visam potencializar a atuação do Brasil e trazer direcionamentos mais assertivos a respeito desse tema para a construção de um mundo mais justo e um planeta sustentável dentro das prioridades já definidas que são: inclusão social e combate à fome e à pobreza; transições energéticas e promoção do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental; e reforma das instituições de governança global.

As reuniões para a iniciativa de bioeconomia, coordenadas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e pelo Itamaraty, estão organizadas da seguinte forma:

1. Dia 7 de fevereiro de 2024, coordenada pelo Ministérios de Meio Ambiente e Mudança do Clima, sobre o tema: a importância do uso sustentável da biodiversidade para a bioeconomia.
2. Dia 29 de fevereiro de 2024, coordenada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, sobre o tema: o papel da ciência, da tecnologia, da inovação e do conhecimento tradicional para uma bioeconomia sustentável.

3. Dia 05 de março de 2024, coordenada pelo Itamaraty, reunião sobre o tema: a relevância da própria bioeconomia para o desenvolvimento sustentável.

As consultas embasarão os debates oficiais da Iniciativa Global de Bioeconomia, coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), que visa elaborar princípios de alto nível capazes de guiar o debate internacional sobre bioeconomia em espaços como as COPs do clima, da biodiversidade e da desertificação.

Esta primeira reunião preparatória para a Iniciativa de Bioeconomia no G20 – GIB, foi realizada no dia 7 de fevereiro de 2024, na sala San Tiago Dantas no Palácio do Itamaraty em Brasília. Esse encontro foi promovido com o objetivo principal de construir subsídios para a perspectiva do Brasil para o G20 dentro do tema: a importância do uso sustentável da biodiversidade para a bioeconomia.

As informações gerais do evento e o registro da produção dos participantes estão documentadas neste relatório.

2. Roteiro Metodológico

1. Objetivo

Construir subsídios para a perspectiva do Brasil para o G20 - Iniciativa de Bioeconomia.

1.1 Dinâmica da Oficina

Os principais momentos da reunião foram a abertura com momento solene, a apresentação das perspectivas da bioeconomia no G20 e no Brasil, a mesa de diálogo com visões sobre a biodiversidade na bioeconomia e a construção participativa de subsídios na temática bioeconomia para a perspectiva do Brasil para o G20. Cada um desses momentos está descrito abaixo com mais detalhes.



A mesa de abertura contou com a participação da Embaixadora Maria Laura da Rocha, Secretaria Geral do Ministério das Relações Exteriores; de João Paulo Capobianco, Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; de Márcia Cristina Barbosa, Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação; de Carina

Pimenta, Secretaria Nacional de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; e do Embaixador André Correa do Lago, Secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores.

Em seguida a facilitadora, Tatiana Espíndola, apresentou os objetivos, explicou a programação e dinâmicas que compunham o evento e seguiu-se para as apresentações sobre as perspectivas da bioeconomia no G20 e no Brasil realizadas por Carina Pimenta, Secretaria Nacional de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ricardo Abramovay, Professor Titular da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; e Carlos Nobre da Academia Brasileira de Ciência e Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Após as apresentações houve um momento de interação com os todos os presentes para que pudessem realizar perguntas, trazer complementações e outras contribuições.

Após o intervalo, o moderador Marcel Fukayama, Diretor de Política Global do B Lab e Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, convidou o Embaixador André Correa do Lago, Secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores; o Extrativista Joaquim Belo, Secretário de Formação e Comunicação e Ex-Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas; a Professora Sonia Ribeiro da Universidade Federal de Minas Gerais; o Assessor de Sustentabilidade Tiago Giuliani da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI); a Gerente Luana Maia da *Nature Finance*; e o Superintendente da área de Meio Ambiente do BNDES Nabil Kadri para a composição da mesa de diálogo. Marcel conduziu esse momento estimulando o esclarecimento a respeito das diversas visões sobre a biodiversidade na bioeconomia, destacando pontos importantes das falas de cada um e trazendo reflexões coerentes com o que seria trabalhado no evento. Após o diálogo na mesa houve um momento de interação com os todos os presentes para que pudessem realizar perguntas, trazer complementações e outras contribuições.

Após o almoço ocorreu uma mística trazida pelos representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) que falaram sobre soberania alimentar e informaram que articulam mais que 112 mil famílias na busca de visibilidade e participação. E trouxeram como relevante o respeito às diferenças e exemplificaram com os horários das instituições (escolas, comércio, prefeitura e etc) e o funcionamento do modo de vida de comunidades que muitas vezes é guiado pelo movimento das marés. Com isso, pediu as bênçãos de todas as divindades (ancestralidade, orixás, Cristo, Buda e todas as religiões e crenças) para que todos tivessem espaço de fala.

Em seguida cantou-se o refrão de uma música das quebradeiras:

“Ei! Não derruba essas palmeiras.
Ei! Não derruba os palmeirais.
Tu já sabe que não pode derrubar,
precisamos preservar as riquezas naturais.”

E uma cantiga de uma das tradições representadas ali que saúda a presença de cada um falando na língua originária o que traduziram como “Eu estava com saudades de você e que bom que estamos aqui” e agradeceram a presença de todos nesse momento.

Em seguida a facilitadora Tatiana Espíndola explicou a dinâmica de construção dos subsídios do Brasil na temática bioeconomia para o G20 e reforçou o objetivo de uso do trabalho que seria

realizado. Os participantes foram divididos em 5 grupos temáticos: Financiamento da bioeconomia; Sociobioeconomia, conhecimento tradicional e repartição de benefícios; Papel da ciência, tecnologia e inovação nas cadeias produtivas da biodiversidade; Diversidade e regeneração - Sistemas agroalimentares; e Desenvolvimento industrial aliado ao uso sustentável da biodiversidade. Dentro de cada grupo temático havia uma pessoa responsável pela moderação no grupo garantindo que todos tivessem espaço de fala, coordenando o alinhamento das discussões e temas trazidos por cada um e realizando o registro das ideias em *post-its* e colando em um mural previamente organizado localizado próximo ao grupo. Ao final da discussão todas as ideias foram digitadas pelos integrantes de cada grupo no aplicativo *Mural* utilizado para registrar as informações e para a apresentação dos destaques de cada grupo que se deu no momento seguinte.



Figura 2: Grupos de construção dos subsídios para a perspectiva brasileira do GIB.

Após o intervalo, um representante de cada tema pode apresentar em plenária os destaques das discussões realizadas dentro do grupo para que dessa forma todos os participantes pudessem acessar os resultados alcançados nessa cocriação de subsídios para as discussões sobre a temática bioeconomia no G20.

Ao final Carina realizou agradeceu a contribuição de todos na sua fala de encerramento e foi disponibilizado o *QR-code* para que os participantes pudessem realizar a avaliação da oficina.

1.2 Programação realizada

07 de fevereiro de 2024		
Horário	Duração	Descrição
9h	15 min.	Chegada e acolhimento dos participantes
9h15	35 min.	Boas-vindas e abertura oficial
9h40	35 min.	Organização do seminário: apresentação dos objetivos, da programação e dos aspectos metodológicos Plenária
9h15	35 min.	Perspectivas da bioeconomia no G20 e no Brasil Plenária
10h50	30 min.	Intervalo
11h25	95 min.	Visões sobre a biodiversidade na bioeconomia: perspectivas no âmbito do G20 Mesa de diálogo
13h	75 min.	Almoço
14h15	120 min.	Subsídios do Brasil na temática bioeconomia para o G20 Trabalho em grupos
16h15	15 min.	Intervalo
16h30	70 min.	Socialização dos resultados Plenária
17h40	10 min.	Encerramento e avaliação

3. Produtos da Oficina

3.1 Boas-vindas e abertura oficial

Embaixadora Maria Laura da Rocha

Secretária Geral, Ministério das Relações Exteriores

Maria Laura da Rocha deu bom dia a todos, cumprimentou os integrantes da mesa e todos os presentes, explicou que essas que essa era a primeira de um conjunto de três reuniões organizadas da seguinte forma:

1. Dia 7 de fevereiro de 2024, coordenada pelo Ministérios de Meio Ambiente e Mudança do Clima, reunião sobre o primeiro eixo temático: a importância do uso sustentável da biodiversidade para a bioeconomia.
2. Dia 29 de fevereiro de 2024, coordenada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, reunião sobre o segundo eixo temático: o papel da ciência, da tecnologia, da inovação e do conhecimento tradicional para uma bioeconomia sustentável.
3. Dia 05 de março de 2024, coordenada pelo Itamaraty, reunião sobre o terceiro eixo temático: a relevância da própria bioeconomia para o desenvolvimento sustentável.

Em seguida, afirmou que o Brasil e o Mundo precisam de ferramentas completas que atuem nas três dimensões citadas acima e que a Bioeconomia é uma dessas ferramentas. Também lembrou que a bioeconomia é um termo incrivelmente amplo e que tem em sua composição a diversidade étnica, cultural, ambiental e geográfica com as comunidades tradicionais, os empreendedores de nanotecnologia, as usinas, as biorrefinarias, os quilombolas e tanto mais. Trouxe um pouco do histórico do Brasil sobre desenvolvimento sustentável e sua atuação no diálogo ambiental internacional. Acrescentou que a AGIP consistirá o primeiro fórum de peso a incluir discussões sócias e finalizou ressaltando a grande diversidade representada nas equipes presentes no evento e que isso trazia segurança para que, com o apoio de todos, pudessem fazer o tema ganhar força no futuro.

João Paulo Capobianco

Secretário Executivo, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Iniciou sua fala expressando a felicidade de estar participando do evento, agradeceu ao Itamaraty pelo acolhimento e ressaltou a relevância do tema. Saldou a todos os presentes e destacou alguns nomes e cooperações específicas de pessoas que têm se empenhado para o avançar com essas discussões e ações. Lembrou que a consulta à sociedade tem sido uma prioridade para o Brasil e que estes três encontros seriam espaços para essa conexão e participação. Trouxe a bioeconomia como um tema fundamental e inovador e ressaltou que, mais inovador ainda, era a forma e o foco que estão buscando dar ao tema com a promoção das populações envolvidas nesse uso sustentável e conservação da biodiversidade.

Como o Brasil é um país com uma grande diversidade biológica e cultural étnica tem um grande potencial de contribuição. Destacou a bioeconomia como um ponto estratégico que contribui com a inclusão social, geração de emprego e renda, conservação ambiental, atividade econômica em geral e outros.

Aproveitou o momento para trazer alguns números que ilustram a aceleração positiva nos processos referentes ao patrimônio genético e seus valores e lembrou que o Brasil ainda possui uma enorme diversidade de outros produtos passíveis de serem cadastrados. Com a bioeconomia temos uma boa oportunidade de incluir assuntos que nos interessam como conservação, promoção da biodiversidade, inclusão social, novas opções de desenvolvimento com atributos socioambientais.

E finalizou, parabenizando o evento pela possilita de reunir as ideias de diferentes áreas para forma as bases das propostas que farão a diferença no G20.

Márcia Cristina Barbosa

Secretária de Políticas e Programas Estratégicos, Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação

Márcia Cristina deu bom dia a todos e iniciou trazendo a bioeconomia como um tema que conversa com as três prioridades do G20: o combate à fome, à pobreza e à desigualdade; as três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental); e a reforma da governança global. Destacou que a primeira combinação a ser feita com os outros países é sobre o significado do termo Bioeconomia. E aproveitou para trazer alguns avanços como a solução construída junto com o MMA (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima) e povos indígenas que monitora som e imagem de algumas regiões possibilitando, além da coleta de informações sobre a biodiversidade e a proteção da floresta, que se tenha a possibilidade de outras pessoas interessadas poderem ter acesso às imagens e sons capturados por esses equipamentos. Falou sobre a importância de se considerar o que a população diretamente envolvida em determinada cadeia produtiva deseja fazer para aprimorar o seu funcionamento e sobre as descobertas incríveis que estão sendo feitas ao se estudar a diversidade existente no país. E trouxe tudo isso para ilustrar o quanto o Brasil tem a oferecer no seu protagonismo na bioeconomia. Finalizou, destacando a importância do trabalho coletivo para se desenhar as soluções que privilegiam muitos, pois o futuro é agora.

Carina Pimenta

Secretaria Nacional de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Carina Pimenta cumprimentou a todas/os da mesa e ao grupo diverso e poderoso presente no evento. Ressaltou a importância do debate sobre a bioeconomia acontecer em âmbito doméstico para só depois ir para o internacional. Também destacou a diversidade existente no Brasil e suas diferentes bioeconomias abordando realidades diversas e que estes seriam elementos necessários de constar na agenda. Além disso, falou sobre esse espaço de interação das diferentes áreas e disse que em seguida, na sua apresentação, falar com mais detalhes sobre o tema.

Embaixador André Correa do Lago

Secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores

André se mostrou muito satisfeito com a diversidade presente no evento, fez alguns agradecimentos especiais a algumas pessoas que têm contribuído intensamente para o avanço dessas discussões e falou sobre a expectativa de receber muitas sugestões a partir do trabalho realizada no decorrer do dia.

3.2 Perspectivas da bioeconomia no G20 e no Brasil

Carina Pimenta

Secretaria Nacional de Bioeconomia, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

“Trabalhar a Bioeconomia no G20 é importante para chegarmos a pontos de convergência.”

O tema Bioeconomia abrange muito mais que o desenvolvimento econômico e, atualmente, tem sido tratado na esfera doméstica, cada país desenvolvendo e formulando suas políticas de acordo com os interesses, biomas e realidade locais, que são muito diferentes. Trabalhar esse tema no G20 será importante para começar a enxergar pontos de convergência. Nós já temos as áreas temáticas que desejamos dar ênfase e avançar com os trabalhos desse grupo.

Constituiu-se um documento base para o diálogo sobre o tema que foi apresentando para os outros países e a programação é que vários países venham ao Brasil para as reuniões oficiais desse *track* de Bioeconomia. E espera-se construir uma base com informações integradas em relação ao âmbito doméstico e comercial a partir das prioridades levantadas pelo grupo nos três momentos de construção, cada um referente a um eixo temático: esse de hoje, referente ao uso sustentável da biodiversidade para a bioeconomia, promovido pelo MMA; o próximo referente ao eixo do papel da ciência, da tecnologia, da inovação e do conhecimento tradicional para uma bioeconomia sustentável, promovido pelo MCTI; o terceiro referente à relevância da bioeconomia para o desenvolvimento sustentável, promovido pelo Itamaraty; e ainda planeja-se um quarto evento aberto para apresentar as prioridades do grupo antes de se começar os *tracks* oficiais.

Para esse momento, apesar da importância de se definir um conceito para Bioeconomia, deseja-se focar em construir princípios que possam nortear a construção desse conceito e servir como guias para as discussões nos fóruns. Esses princípios devem se encaixar nos eixos prioritários de forma abrangente, pois o Brasil possui muito biomas, além de uma enorme diversidade cultural e, portanto, existem muitos assuntos a serem trazidos para essa discussão, como biodiversidade e patrimônio genético, agregação de valor aos conhecimentos ancestrais, proteção e regeneração das florestas, entre outros. E, como as reuniões acontecerão no Brasil, essa é uma grande chance de impulsionar essas discussões.

Ricardo Abramovay

Professor Titular, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo

“Bioeconomia é um valor de natureza étnico formativa e envolve o como a sociedade se relaciona e transforma a natureza.”

É fundamental que a Bioeconomia seja um dos seis eixos do plano de desenvolvimento do governo federal. O Brasil é um dos poucos países que possui um plano estratégico elaborados em conjunto com Ministério da Fazenda e do Meio Ambiente. Vários trabalhos estão sendo realizados sobre transição energética, economia circular, estrutura verde e outros e tem-se destacado a importância da regeneração ambiental, que é uma parcela importante da Bioeconomia. Além disso, o Brasil tem um potencial muito bom para se destacar no campo da transformação da biodiversidade, bioenergia e outros.

Existe, no entanto, uma lacuna importante de ser destacada que é: ao se colocar ênfase na biodiversidade e na biomassa, corre-se o risco de não abordar o sistema agroalimentar. É necessário realizar uma avaliação crítica sobre o que é o sistema agroalimentar do Brasil e o sistema agroalimentar global. Ricardo criticou a monotonia do sistema agroalimentar global e falou em diversificar a base calórica diante da imensa riqueza da biodiversidade. Além disso, informou que mudar o olhar de oferta calórica para qualidade do alimento é algo extremamente significativo e que as poucas áreas que hoje produzem esses produtos mais utilizados são mais suscetíveis a eventos climáticos, o que mostra o colapso desse funcionamento, é necessário reintroduzir a biodiversidade nas produções agrícolas, e por isso a importância de se abordar isso nas discussões desse tema.

Bioeconomia é um valor da natureza étnico formativa e envolve o como a sociedade se relaciona e transforma a natureza. O Brasil tem competência científica para avançar na sustentabilidade, com introdução de leguminosas nas pastagens, diversificação da base produtiva de produtos animais e vegetais. Além disso, existe o relatório do fórum econômico mundial que traz os impactos dos produtos ultraprocessados e superprocessados à saúde. E, com isso, Ricardo entende que a monotonia alimentar e agrícola junto com os produtos ultraprocessados precisam ser enxergados pela bioeconomia.

E finalizou, falando do enorme potencial que o Brasil tem de liderar a transformação ecológica do seu sistema agroalimentar.

Carlos Nobre

Academia Brasileira de Ciência e Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo

“É necessário buscar soluções baseadas na natureza”

Carlos trouxe um histórico falando sobre as diferentes visões dos portugueses à respeito da biodiversidade do Brasil, a primeira de Pedro Álvares Cabral e Pero Vás de Caminha que traz a apreciação da terra e vegetação na famosa frase “em se plantando tudo dá” e a segunda, de Américo Vespúcio que teriam que aprender a utilizar a grande diversidade com os povos indígenas. Historicamente as Américas investiram na produção de poucos produtos e ignoraram a diversidade, o que pode ser exemplificado por 7% do PIB ser referente a gado e menos de 0,3% (número não oficial) referente a todos os produtos da biodiversidade brasileira.

Mas já houve muito avanço, o painel científico para a Amazônia é um desses avanços, ele conta hoje com 260 cientistas, sendo 11 indígenas e trata de diversos assuntos. O Brasil tem potencial para desenvolver uma nova sociobioeconomia com essa diversidade.

Além disso, alertou para a proximidade de alcançar o ponto de não retorno da Amazônia, estudos não deixam dúvidas de que a Amazônia vai se degradar, os cálculos indicam um aumento grande na emissão de carbono. E isso mostra a importância de políticas que visem zerar o desmatamento, a degradação e o fogo, que busquem soluções baseadas na natureza, que defendam a restauração florestal, por exemplo. E aproveitou para informar que existem estudos que mostram a agrofloresta na Amazônia é mais rentável que o plantio de soja e que a pecuária.

Como desafios trouxe a neoindustrialização, a criação de um mercado mundial para esses produtos e a necessidade de trazer ciência e tecnologia de qualidade para a Amazônia e para todo o Brasil.

Em seguida abriu-se o momento para a realização de perguntas.

Paulo Faria (Universidade Federal do RN) trabalha no desenvolvimento e inovação da piscicultura e trouxe sua fala sobre o peixe tambaqui. Hoje a produção é enorme no Brasil e se aproveita tudo do peixe, pele, escamas, vísceras na produção de sapatos, bolsa, cosméticos, medicamentos e etc. No entanto, não funciona da forma que imaginavam, porque é preciso se ter uma cadeia produtiva sólida. Acredita que a piscicultura tem muito a contribuir para o combate à fome e para trazer transformações ecológicas envolvendo a economia circular e se colocou à disposição para contribuir.

Edinalva (Movimento das Quebradeiras de Coco – MA e PI) vê alguns grandes desafios no tema da bioeconomia sendo o maior deles o desmatamento e o segundo, a quantidade de veneno consumido. Reclamou de estarem falando na redução no consumo de carne, mas não vê o comer carne como problema, mas o comer veneno sim tem impacto na vida. E ilustrou sua fala trazendo seu exemplo pessoal que fez um plantio em sua propriedade visando uma alimentação saudável, mas um grande fazendeiro vizinho, ao usar o veneno em seu pasto, prejudicou a plantação de Edinalva que também recebeu o produto. Portanto, ela entende que ao se discutir bioeconomia é importante falar sobre agrotóxicos e venenos, pois estão diretamente ligados à saúde e, consequentemente, à sustentabilidade.

Marco Túlio Cabral traz o seu entendimento de que em muitos lugares o que precisa ser feito é deixar a floresta quieta. Alertou para os perigos existentes na inserção das florestas no mercado de carbono e a importância de se pensar em outras soluções que não autorizem outra pessoa a queimar combustível fóssil em outro lugar do mundo. E perguntou ao Secretário do Meio Ambiente do Itamaraty como ele vê esses outros meios de se remunerar a floresta em pé e de convencer as pessoas a pensarem diferente e não desmatarem suas áreas.

Em resposta o secretário falou que são questões importantes e interessantes. Valorizou o pagamento por serviços ambientais, falou sobre o fundo de plantação permanente das florestas tropicais lançado na COP28 e trouxe a importância de se olhar todo o ecossistema. Falou dos serviços ecossistêmicos da Amazônia, dos avanços realizados pela EMBRAPA na pecuária regenerativa e citou um projeto de 2012 realizado em Brasília com o GEF junto às universidades em que 900 agricultores foram remunerados para restaurar áreas e aplicar a agricultura regenerativa e esse projeto foi uma demonstração do potencial de transformação desses pagamentos ambientais. Mas é necessário haver uma mudança cultural na agricultura brasileira, é necessário ir além do código florestal e o Brasil, como possuidor da maior biodiversidade do planeta, pode liderar essa mudança.

Ricardo aproveitou a pergunta para aprofundar no tema e trouxe a informação de que 65% da área ocupada na agricultura é da soja, essas áreas recebem 51% do crédito rural e a plantação de soja continua avançando sobre a Amazônia. Se for considerar soja e milho, contam com 70% do crédito rural. É necessário fazer uma transição, existe um colapso eminentemente, com isso torna-se necessário chamar os produtores e os grandes produtores para essa discussão. É preciso incluir na discussão de bioeconomia a organização da nossa agropecuária que hoje é dependente de veneno em função da sua monotonia. Que a biodiversidade esteja presente na agricultura e na pecuária.

Carlos complementou falando sobre o espaço aberto com essas reuniões para o levantamento dos temas a serem levados para a COP16 e os “como” proteger a biodiversidade.

Carina falou sobre a importância de também se olhar para a biodiversidade aquática, trabalhando, por exemplo, na gestão pesqueira. E acrescentou sobre os grupos de trabalho de sustentabilidade ambiental em que fazem tratam de pagamentos por produtos ecossistêmicos e outros fomentos da bioeconomia, mas entende que não é possível abranger tudo. E finalizou falando sobre a importância de as soluções baseadas na natureza constarem no G20, soluções que levam em consideração dos diferentes sistemas e o olhar para as populações que já estão realizando esse trabalho nas flores e nas águas.

3.3 Visões sobre a biodiversidade na bioeconomia: perspectivas no âmbito do G20

Marcel Fukayama, Empreendedor de impacto, Diretor de Política Global do B Lab e Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, como moderador do diálogo, deu bom dia a todos, se apresentou e falou sobre a importância do enfrentamento às desigualdades e à emergência climática que são temas muito presentes nos debates realizados no *Conselhão*, que é o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) Chefiado pelo presidente da República.

Os principais objetivos desse momento são promover um diálogo com a sociedade sobre a importância do uso sustentável da biodiversidade para a bioeconomia e dar visibilidade a distintas perspectivas setoriais do uso da biodiversidade na bioeconomia de forma que as discussões contribuam para o trabalho de construir subsídios do Brasil na temática bioeconomia no âmbito do G20.

O G20 é um espaço muito relevante para o tema visto que a bioeconomia é um tema transversal na agenda do G20, opera na trilha financeira e na trilha *sherpa* e, outra característica relevante do G20, é a participação da sociedade civil que tem sido bastante valorizada.

Marcel iniciou a dinâmica perguntando ao Embaixador André sobre a reverberação no G20, inclusive, internacionalmente, dessas discussões realizadas a respeito do uso da biodiversidade na bioeconomia.

O Embaixador Andre Correa realtou sobre o histórico das tratativas sobre o tema junto a vários ministérios e ao BNDES, falou da riqueza das reflexões realizadas a respeito do tema, pois o Brasil por ter desafios da riqueza e da pobreza no mesmo território acaba refletindo a situação mundial e da importância de o Brasil, como um país em desenvolvimento, coordenar essas discussões dentro do G20.

Destacou a importância de ouvir todos os setores envolvidos na bioeconomia e de se ter discussões amplas internamente para depois discutir o tema com os demais países. Finalizou falando que o Brasil é muito preparado civil e academicamente, que possui desafios imensos e diversos, e que isso faz com que a expectativa a respeito do desempenho do Brasil seja enorme e afirmou que o Brasil tem total capacidade de coordenar essas discussões com muita qualidade.

A Gerente do Nature Finance Luana Maia foi provocada para contar um pouco sobre a *Nature Finance* e sobre as distintas bases da bioeconomia.

A *Nature Finance* é uma organização internacional que atua para que as finanças globais estejam mais alinhadas com resultados que sejam positivos para o clima, a natureza e as pessoas e vê um enorme potencial no Brasil, principalmente por ser um país rico em natureza. Traz a missão de gerar resultados que sejam equitativos e positivos para natureza e clima no entendimento de que a sustentabilidade ambiental só é possível com geração de emprego e renda para os povos que mantém a floresta em pé e para a população vulnerável.

No Brasil a *Nature Finance* tem atuado como articuladora junto a outras organizações como o Centro de relações internacionais, o consórcio Amazônia Legal, a Febraban, a Coalizão Clima Floresta e Agricultura e tantos outros, portanto é uma iniciativa de peso e que é composta por diferentes

entendimentos da bioeconomia e destacou que existem outros entendimentos que não estão presentes no grupo como o dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

A biodiversidade já é considerada um ativo econômico, existem várias regulações, projetos e títulos verdes atrelados a indicadores relacionados a entregas que são positivas para a natureza e pessoas e, portanto, a biodiversidade já é considerada na equação economico-financeira. E ela entende que a criação de princípios norteadores e entendimentos sobre bioeconomia irão possibilitar que as discussões continuem em outros fóruns e, por isso, a riqueza dos debates internos sobre o tema e sua relação com as finanças.

A Professora Sonia Ribeiro da Universidade Federal de Minas Gerais foi provocada no sentido de contar sobre o seu trabalho e sobre o que não estamos vendo dentro do uso sustentável da biodiversidade. Sonia trouxe várias reflexões sobre o uso sustentável e não uso como forma de desenvolvimento estratégico e falou que ao buscar definir quais são os usos os estudos precisam de uma análise muito mais profunda, pois é necessário saber quais espécies são utilizadas, pra quê utilizam, como utilizam e tantas outras informações. Trouxe alguns números sobre espécies de pescado, plantas, fungos, árvores, animais terrestres já estudados com uma grande variedade de formas de uso. Além disso, existem os serviços como rios voadores e polinização que também fazem parte dessa riqueza e citou vários tipos de bioeconomias como bioeconomia de biodiversidades, bioeconomia no sistema agroalimentar, bioeconomia dos biocombustíveis e tantas outras e fez a reflexão sobre se ter a biodiversidade como base da discussão.

Também refletiu sobre se definir o uso sustentável regionalmente, pois entende que não é possível se ter uma definição que sirva para todas as regiões e citou cinco dos princípios que norteiam o uso sustentável: o conhecimento da ecologia das espécies e seus impactos no uso; a gestão, conhecimento e práticas tradicionais e monitoramento; os benefícios gerados (inverter tendências de desequilíbrio); a governança mantendo as lideranças; a educação.

O Extrativista Joaquim Belo foi chamado a trazer a sua perspectiva sobre a influência que essas discussões trariam ao G20 e como a sua conexão com o conhecimento dos povos tradicionais. Joaquim destacou que as comunidades tradicionais possuem um olhar para o mundo a partir das florestas, da biodiversidade, porque é a natureza que traz os meios para a sua sobrevivência. Trouxe reflexões sobre como acolhemos a sabedoria da própria natureza, olhando a biodiversidade como a grande estrutura desse processo. Lembrou do desafio de lidar com os ianomâmis e destacou que esse é um desafio simbólico que ocorre também internacionalmente causado pelo padrão que a escola formou como modelo de desenvolvimento. É o momento de enxergar o modelo de desenvolvimento a partir desses territórios, pois a natureza tem o seu tempo e é o tempo dela que molda os comunitários nesse processo e, isso, o estado e a prefeitura não conseguem entender a importância disso.

Joaquim também falou sobre a economia invisível (sem nota fiscal) das batedeiras de açaí e perguntou sobre como dar visibilidade para uma economia da biodiversidade com as pessoas, pois não se pode ignorar as pessoas dentro desse tema.

Trouxe também a sua visão de que as pessoas precisam da biodiversidade e ela também necessita das pessoas e o fato de que ninguém doma a natureza, que a natureza que possui as pessoas. E essa é a visão que a população tradicional traz para essas reflexões a serem levadas para o G20 e finalizou

falando sobre discutir a distribuição da riqueza e a importância de se valorizar a participação das pessoas dentro dessa construção.

Marcel, baseado na fala de Joaquim, trouxe os participantes para refletirem sobre o que é esse desenvolvimento que busca o bem-estar das pessoas e a harmonização com os limites planetários? E que essas reflexões são valiosas e auxiliam na construção dos caminhos que buscam esse diálogo.

O Assessor de Sustentabilidade Tiago Giuliane foi provocado a falar da bioinovação e bioindústria. Tiago falou sobre o olhar para os recursos biorrenováveis em diversos setores e sobre os diálogos construtivos para auxiliar o MMA, Itamaraty e MDIC. Trouxe reflexões sobre o futuro e o potencial da inovação tecnológica de recursos renováveis, que a bioeconomia poderia chegar a 600 bilhões de dólares ao implementar algumas rotas tecnológicas e que esse é um tema com grande potencial a ser debatido dentro do G20 e que precisa desse suporte para se desenvolver. Exemplificou trazendo a informação de que hoje a análise tecnológica de viabilidade de um produto realizada no Brasil costuma ser quatro vezes mais demorada e duas vezes cara da realizada fora do país, que é preciso ter um ambiente de negócio favorável para que a bioindústria se desenvolva. Também informou que a bioeconomia gera vinte vezes mais empregos e que essa é mais uma razão para que esse tema mereça ser desenvolvido.

O Brasil está avançando com o selo verde, a nova indústria, no entanto ainda tem-se muito a melhorar para que se tenha um ambiente favorável ao pequeno, médio e grande produtor. Necessita-se de um olhar setorial e de investimentos.

O Superintendente Nabil Kadri do BNDES foi estimulado a falar sobre como o BNDES tem visto essa agenda e mobilizado capital e instrumentos financeiros para financiar a longo prazo. Nabil lembrou que o Brasil é um país que possui grandes desigualdades e uma enorme diversidade e que, portanto, era necessário se trabalhar em função da redução da desigualdade brasileira. Falou sobre iniciativas exitosas de produção sustentável na Amazônia.

Destacou a escassez do recurso tempo e, sobre os recursos financeiros, falou da importância de se arrecadar recursos de maneira simples, fácil e transparente, como na Floresta Viva, para que os projetos não se perdessem nos processos. Também citou o edital aberto Amazônia na Escola e o como fazer com que os outros trabalhem fortalecendo a agenda do país.

Em seguida abriu-se o momento para a realização de perguntas.

Ana Euler (diretora da Embrapa) contribui com o diálogo trazendo que a Embrapa trabalha com muitas linhas que estão sendo debatidas dentro da bioeconomia e que o governo tem colocado bastante energia nessas ações. Falou de diversas evoluções como os avanços na Finep em relação à política de estado para a transição energética, os bioinssumos com um tema relacionado à sustentabilidade bioeconômica brasileira, mas que é necessário o governo incentivar mais o crédito para ocorrer, efetivamente, a transição. Também comentou sobre a iniciativa da taxonomia sustentável para o agronegócio e a existência de vários protocolos relacionados à agricultura de baixo carbono.

Acrescentou sobre a importância de se ter recomendações para o painel de especialistas de vários países que ser reunirão sob a liderança da Embrapa em abril para discutir sobre a área de pesquisa agrícola mundial que trabalha com novos modelos de agricultura sustentável e sistemas alimentares.

Falou sobre a priorização de algumas cadeias, atualmente possuem 200 cadeias potenciais mapeadas, e sobre a importância de se ter um ponto de partida. E finalizou trazendo a reflexão sobre como estimular a cooperação na Amazônia e não a competição para trabalhar em bioeconomia e falando sobre a importância de se fortalecer o que já existe na Amazônia antes de se pensar em acrescentar novos atores e iniciativas.

Jane Vilas Boas (equipe de assessores do MMA), que é antropóloga, falou sobre a “visão sobre as visões”. Segundo o seu ponto de vista, ocorreu uma bifurcação e a espécie humana passou a se colocar na posição de sujeito e a colocar a biodiversidade como objeto ao invés de continuarem caminhando unidas, e isso tem consequência nas políticas e ações pois está presente nas linguagens utilizadas e, dessa forma, se consolida como uma abordagem válida. No entanto, é possível mudar essa topografia e colocar o ser humano como parte do sistema. Destacou que as culturas indígenas não fazem dessa bifurcação. E outro ponto trazido, dentro dessa reflexão, foi a respeito dos serviços ambientais, qual o serviço que a espécie humana deveria prestar?

O ponto de partida talvez seja sair desse lugar de sujeito e se perceber como parte daquilo que se considera como objeto.

Guilherme Faria (povo tradicional de terreiro) se sentiu contemplado pela fala de Joaquim mas, para ampliar essa visão, trouxe a reflexão sobre o fato de os povos tradicionais preservarem a natureza porque dependem dela. E alertou que o conhecimento do patrimônio genético está com os povos tradicionais e ilustrou com o fato de que as pesquisas sobre o pirarucu, a pescada amarela, a babosa, a castanha ou qualquer outro elemento sem se passar pelo conhecimento tradicional que está dentro desses povos. Falou que são tradicionais, mas não tradicionalistas, pois quando o conhecimento é bom é interessante que se passe para todo mundo.

Todos os povos tradicionais possuem uma proposta pedagógica que repassa o conhecimento ancestral para as crianças e sabem que a preservação de seus territórios dependem da permanência desses pequenos nos seus lugares de origem.

É necessário discutir território amplamente, porque o território dos povos tradicionais é o bioma que está sendo tratado nessas discussões. Os povos tradicionais possuem uma perspectiva de desenvolvimento que não degrada a natureza, mas o “homem da motosserra” não se preocupa com isso e, portanto, não é possível se discutir bioeconomia em pequena escala.

A rede PCT (Povos e Comunidades Tradicionais) está à disposição e precisa estar nesse debate para que a visão de bioma e desenvolvimento a partir da biodiversidade seja mais ampla que apenas agricultura.

Marcel agradeceu a participação dos colaboradores e lançou o desafio aos painelistas para trazerem uma frase para inspirar o trabalho de levantamento de subsídios para o diálogo sobre o uso sustentável da biodiversidade na bioeconomia e o resultado foi apresentado abaixo.

- Olhar para a redução das desigualdades no menor tempo possível.
- Já sabemos os erros e o quanto precisamos escutar.
- A inclusão socioambiental nesse processo.
- Integrar as diferentes visões e cosmologias nesse conceito de bioeconomia.

- Como a diversidade brasileira e o conhecimento tradicional se inserem no mapa financeiro e econômico do G 20, que eles paguem para a floresta ficar de pé e para que as populações tenham um desenvolvimento econômico social.
- Desenvolvimento da bioeconomia em todos os seus aspectos desde os povos tradicionais até o consumidor final.

Marcel finalizou ressaltando a beleza da qualificação do debate e a construção desse grande capital social que acontece nesse evento. Secretária Carina finalizou esse momento reforçando a importância da construção que aconteceria logo após o almoço para concluir o processo de participação registrando todo esse conhecimento, discussões, ideias e prioridades.

3.4 Subsídios do Brasil na temática bioeconomia para o G20

Resultado dos trabalhos em grupos.

A facilitadora Tatiana Espíndola explicou a dinâmica de construção dos subsídios do Brasil na temática bioeconomia para o G20 e reforçou o objetivo de uso do trabalho que seria realizado.

Os participantes foram divididos em 5 grupos temáticos: Financiamento da bioeconomia; Sociobioeconomia, conhecimento tradicional e repartição de benefícios; Papel da ciência, tecnologia e inovação nas cadeias produtivas da biodiversidade; Diversidade e regeneração - Sistemas agroalimentares; e Desenvolvimento industrial aliado ao uso sustentável da biodiversidade.

Dentro de cada grupo temático havia uma pessoa responsável pela moderação no grupo garantindo que todos tivessem espaço de fala, coordenando o alinhamento das discussões e temas trazidos por cada um e realizando o registro das ideias em *post-its* e colando em um mural previamente organizado localizado próximo ao grupo.

Grupo 1: Financiamento da bioeconomia

O trabalho do grupo foi guiado pela seguinte pergunta: Sob a ótica do diálogo internacional, quais as principais limitações, necessidades e caminhos de atuação relacionados ao financiamento da bioeconomia?

Principais limitações:

- Incerteza sobre retorno dos investimentos.
- Endividamento insustentável.
- Financiamento de bioeconomia insustentável.
- Não se sabe o valor dos ativos / serviços ambientais.
- Marco regulatório/ Incertezas regulatórias.
- Regularização fundiária.
- Licenciamentos ambientais falhos.
- Foco exclusivo na Amazônia.
- Empreendimentos dentro e no entorno de territórios dos PIPCTAFs.

Necessidades:

- Identificar melhor as barreiras junto a investidores.
- Conhecer e desenvolver métricas.
- Simplificar licenciamentos ambientais.

- Regulação positiva para financiamento da bioeconomia (Bancos Centrais).
- Instrumentos financeiros/Novos instrumentos financeiros.
- Desenvolver instrumentos financeiros que corrijam falhas de mercado.
- Desenvolver produtos financeiros feitos sob medida para bioeconomia.
- Serviços financeiros para além do financiamento.
- Financiar educação, infraestrutura...
- Estado pode atuar para alocação de financiamento.
- Diferenças capital privado e capital público.
- Fluxo de recursos privados oriundos das demandas por inovação em bioeconomia.
- Promover/apoiar capacitação como parte do financiamento.
- Capital do norte, mas soluções do sul.
- Participação social no monitoramento dos riscos.
- Melhorar a comunicação entre financiamento e demanda.
- Diminuir assimetrias de informação.
- Quantificar risco dos projetos de financiamento em bioeconomia.
- Indicadores tradicionais podem levar a avaliações incorretas.
- Estimular projetos de qualidade.

Caminhos de atuação do Brasil no âmbito do G20:

- Replicar boas práticas internacionais.
- Experiências como Fundo Amazônia.
- Cooperação internacional para mensuração da bioeconomia.
- Respeito e valorização dos 07 biomas.
- Princípios com tração na economia real.
- Criar/disponibilizar repositório tipos de iniciativas (*blueprints* das bioeconomias).
- Elaborar/criar produtos financeiros feitos sob medida para bioeconomia.
- Criar plataforma internacional digital do G20 sobre financiamento para Bioeconomia.
- Abrir linha de crédito internacional para bioeconomia.
- Financiar direitos de propriedade intelectual (Povos e Comunidades Tradicionais).
- Salvaguardas propriedade intelectual – PIPCTAF.
- Reforma das "IFIS" que viabilize a bioeconomia.
- Disseminar a experiência Fundo Repartição de Benefícios.

Destaques realizados na plenária:

A construção realizada no grupo foi muito rica, abordaram as incertezas sobre o retorno dos investimentos, entraves financeiros e o fato de o marco regulatório contribuir para o risco e as incertezas. Além disso, o fato de a Amazônia ofuscar a atenção aos outros biomas.

Notou-se um desconhecimento sobre as barreiras que os investidores veem e levantou-se como importante a criação de indicadores específicos para a bioeconomia.

Destacou-se o fato de, apesar do capital vir do Norte, as soluções precisarem ser desenhadas para as especificidades do local. Outro ponto levantado foi a necessidade de subvenções para que o setor possa florescer e entende-se que isso não é possível apenas com o capital privado.

Sobre os caminhos de atuação, os espaços de troca estão sendo muito valorizados e é um momento em que as necessidades específicas precisam ser levantadas. Destacou-se a criação de uma lista de projetos disponível para todos os países no intuito de que pudessem acessar e escolher onde colocar os recursos e, também, a criação de um repositório de boas práticas para que os países possam acessar e multiplicar boas experiências.

Sobre financiamentos, destacaram o princípio do diálogo com a economia concreta (necessidades), o desenho de produtos financeiros e a mudança de narrativa diante da complexidade: “sim, há complexidade, mas temos solução para isso”. E, por fim, sobre os direitos de propriedade intelectual, que os conhecimentos, ao serem aplicados, possam ser, também, revertidos em benefícios para as regiões onde foram desenvolvidos.

Após a plenária alguns participantes levantaram alguns outros pontos:

- Falta de comunicação e exemplificou trazendo um fundo para repartição de benefícios na área de perfumaria e cosméticos que precisam definir como utilizá-lo junto com as comunidades.
- O olhar focado na Amazônia tira a atenção dos outros biomas.
- Violação de direitos, empreendimentos, calamidade emergencial que acontecem dentro dos territórios.
- Necessidade de ter um fórum permanente para enxergar e trabalhar com as diferenças de condições e demandas de financiamento (*benchmarking*) e inovações tecnológicas de cada região.
- Brasil é um país que tem o maior aporte de ciência de produtos naturais e é necessário inserir nos mecanismos de política industrial uma responsabilidade de fixar os doutores dentro das indústrias, principalmente indústrias que recebem financiamentos, pois não basta dar o recurso, é preciso garantir que este recurso seja bem usado.
- É preciso avançar no marco regulatório. Não temos parâmetros para pagamentos por serviços ambientais e como isso dialoga com os financiamentos. O fundo nacional de repartição de benefícios possui um regramento muito claro.

Grupo 2: Sociobioeconomia, conhecimento tradicional e repartição de benefícios

O trabalho do grupo foi guiado pela seguinte pergunta: Sob a ótica do diálogo internacional, quais as principais limitações, necessidades e caminhos de atuação relacionados com a sociobioeconomia, com o conhecimento tradicional e com a repartição justa de benefícios?

Principais limitações:

- Falta de alinhamento em relação ao conceito de bioeconomia.
- Ausência de definição de bioeconomia.
- Racismo científico.
- Crédito não chega nas comunidades.
- Invisibilizar as economias da sociobiodiversidade.
- Inviabilizar o papel de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais na economia e bioeconomia.
- Invisibilidade dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais como sujeitos de direitos e agentes econômicos.
- O acesso/garantia ao território por povos indígenas e tradicionais.
- Falta de atenção, conhecimento e apoio para outras paisagens que não se caracterizam como paisagens florestais.
- Alinhamento internacional regulatório sobre repartição de benefícios entre indústria e povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.
- Nem todos os países têm sociobiodiversidade e não valorizam / enxergam o valor da biodiversidade / Povos e Comunidades Tradicionais para Bioeconomia.

Necessidades:

- O conceito de bioeconomia precisa dar conta dos direitos dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.
- Participação efetiva dos povos na definição de bioeconomia.
- Unir ciência, tecnologia e inovação (universidades) com povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e indústria.
- Indústria absorver os mestres e doutores formados na academia.
- Garantir equidade entre a ciência tradicional academia, indústria, comércio e serviços.
- Reconhecer os povos indígenas e povos e comunidades tradicionais como agentes.
- Pedagogia / convencimento / esclarecimento sobre a importância da sociobioeconomia "visibilidade".
- Aprofundar a produção de dados pelos órgãos oficiais.
- Reconhecimento da importância das paisagens abertas (cerrado, caatinga, pantanal).

Caminhos de atuação do Brasil no âmbito do G20:

- Sociobioeconomia definir unindo pessoas (povos) + produção + sustentabilidade = Bioeconomia.
- Incluir a sociobiodiversidade como pilar da estratégia de bioeconomia do G20.
- Diálogo de saberes e ciências com alteridade.
- Considerar povos indígenas e povos e comunidades tradicionais como agentes econômicos na bioeconomia.
- Produzir dados sobre as economias da sociobiodiversidade nos países / custeio para pesquisas / dados oficiais.
- Formar recursos humanos locais nos respectivos biomas, incluindo povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.
- Ter representação dos povos indígenas e povos comunidades tradicionais na cúpula do G20 para repartição justa dos benefícios na bioeconomia.
- Garantir que o financiamento internacional seja acessado por fundos geridos por indígenas e PCTs. Ex.: Fundo Podali.
- Inclusão de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais na governança de fundos internacionais de repartição de benefícios.
- Indicar os povos e comunidades de origem dos conhecimentos tradicionais nos produtos.
- Reconhecimento do direito aos territórios pelos povos indígenas e tradicionais.
- Alinhar / pactuar com países + avançados na compreensão da relevância da sociobioeconomia.
- Garantir que todos os biomas brasileiros sejam reconhecidos e valorizados pela sua sociobiodiversidade.

Destaques realizados na plenária:

Nem todos os países enxergam o valor da biodiversidade e, como ainda não existe um consenso sobre isso, tem-se a oportunidade de alinhar junto com os povos tradicionais para depois expandir e isso passa pelo acesso a financiamentos. A participação efetiva dos povos é uma necessidade. Não querem ser inseridos apenas nos benefícios, desejam ser agentes, produtores e, também, lideranças.

Sobre os caminhos, conversaram muito sobre segurança e em como incentivar os produtos da floresta dando segurança a esses povos. Também conversaram bastante sobre a importância de se valorizar todos os biomas e os conhecimentos dos povos tradicionais e sobre a necessidade de se produzir dados a respeito das produções realizadas pelos povos tradicionais, saber o que é produzido e como isso impacta a sociedade como um todo.

Complementou-se destacando a importância da proposta de rastreabilidade de origem e reconhecimento do produto, que os produtos finais frutos de conhecimento tradicional identifiquem qual é o conhecimento e de onde esse conhecimento tradicional se origina para, assim, valorizar os povos indígenas.

Grupo 3: Papel da ciência, tecnologia e inovação nas cadeias produtivas da biodiversidade

O trabalho do grupo foi guiado pela seguinte pergunta: Sob a ótica do diálogo internacional, quais as principais limitações, necessidades e caminhos de atuação relacionados com a ciência, a tecnologia e a inovação nas cadeias produtivas da biodiversidade?

Principais limitações:

- Desconhecimento conhecimento da biodiversidade aliada ao conhecimento tradicional.
- Distanciamento entre a produção de conhecimento com as demandas da sociedade.
- Baixa integração tecnologia e conhecimento tradicional.
- Pouco acesso da sociedade ao conhecimento científico gerado.
- Pouco reconhecimento dos saberes ancestrais.
- Baixo interesse da sociedade e das instituições pela diversidade das espécies da biodiversidade (concentração em poucas espécies / produtos).
- Pouco conhecimento da biodiversidade microbiana / aquática.
- Trabalhar com o conceito de cadeia é limitado (menor diversidade de espécies). Deveríamos trabalhar com sistemas de produção (maior diversidade).
- Pouco entendimento sobre sistemas de produção.
- Insuficiência de recursos financeiros e recursos humanos para estudos da bioeconomia.
- Desequilíbrio regional e assimetria na distribuição de recursos para as instituições de pesquisa.
- Centralização de recursos e infraestrutura de pesquisa na prospecção e uso da biodiversidade.
- Sucateamento dos equipamentos das instituições de pesquisas em regiões fora dos eixos sul e sudeste.

Necessidades:

- Levantamento das potencialidades da biodiversidade.
- Mapeamento do patrimônio genético microbiano de forma coordenada e sistemática.
- Uso do CELT para geração de ativos tecnológicos e cadeias produtivas.
- Acolher as diferentes tecnologias, desde as tradicionais as mais complexas.
- Divulgação das tecnologias nacionais e do sul global para o mundo.
- Garantir recursos para pequenos projetos de capacitação técnica de modo ágil.
- Estruturar políticas públicas continuadas para bioeconomia, incluindo aporte de recursos.
- Valorizar a economia solidária.
- Maior indução / estímulo dos governos e empresas para conhecermos mais a nossa complexa e rica biodiversidade.
- Organizar / acessar (engajar) redes com dezenas de instituições e centenas de pesquisadores.

- Fortalecer as ICTs e Ies.
- Fortalecer fundos de fomento à formação de recursos humanos e PD&D em sociobiodiversidade.
- Celebrar e fortalecer cooperações internacionais.
- Criar sistemas de informação sobre sociobiodiversidade, oportunidades e potencial.
- Interagir com as comunidades tradicionais para reconhecimento de novos ativos da biodiversidade.
- Criar programa continuado para formação de RH nos diferentes biomas e segmentos.
- Endereçar os problemas de biopirataria no âmbito do G20.

Caminhos de atuação do Brasil no âmbito do G20:

- Brasil como fornecedor de ingredientes ativos para aplicações biotecnológicas.
- Ampliar financiamento internacional para demandas gerais mundiais.
- Demonstrar que bioeconomia vai muito além de produtos da natureza.
- Ampliar e fortalecer cooperação internacional científica entre os países do G20.
- Fortalecer a cooperação científica para conhecer mais a biodiversidade no âmbito do G20.
- Fortalecer a cooperação com países latino-americanos com biomas compartilhados.
- Propor o reconhecimento do conhecimento na bioeconomia global.
- Advogar e unir esforços, capacitação técnica sul global.
- Apresentar as experiências dos NITs para os países do G20.
- Apresentar modelos demonstrativos de sustentável da biodiversidade.
- Estabelecer canais / fóruns de interlocução com as demandas locais para alimentar as prioridades de pesquisa para desenvolvimento / geração de tecnologia.
- Sensibilizar dos demais países sobre a importância da sociobiodiversidade para ODS e NDC.

Outras ideias:

- Para além da princípios são necessários critérios que definam claramente os limites conceituais das diferentes bioeconomias. Bioeconomia "guarda-chuva" não é nem bio nem economia.

Destaques realizados na plenária:

Reforçaram a falta de conhecimento científico baseado nos conhecimentos tradicionais sobre a biodiversidade brasileira e mostraram uma preocupação em relação ao atual desinteresse dos jovens

o que tem feito com que parte desse conhecimento tradicional seja perdido. Além disso, apresentaram a limitação do conceito de cadeia e a falta de uma distribuição mais regular de recursos entre as regiões e de aportes de laboratórios que possam realizar os estudos.

Como necessidades destacaram o fortalecimento de centros de ciência e tecnologia espalhadas regionalmente e a criação de programas financiados. Também destacaram que o problema vai além da biopirataria no âmbito do G20, que seria interessante haver um patenteamento por entidades internacionais.

Sobre os caminhos de atuação destacaram o Brasil como ponto central para levar a discussão da bioeconomia para o mundo e para atuar no reconhecimento da bioeconomia em geral e que esta era uma oportunidade do Brasil se mostrar como um país modelo de sustentabilidade da sua biodiversidade e destacou a importância de se priorizar as pesquisas.

Após a plenária do grupo surgiu uma pergunta sobre um projeto antigo (2017/2018) trazido por um representante do MCTI sobre mapeamento dos povos tradicionais e ciências tradicionais e, para realizar os esclarecimentos, foi indicada uma pessoa do MCTI que falaria especificamente com o representante que levantou a questão.

Grupo 4: Diversidade e regeneração - Sistemas agroalimentares

O trabalho do grupo foi guiado pela seguinte pergunta: Sob a ótica do diálogo internacional, quais as principais limitações, necessidades e caminhos de atuação relacionados com a diversidade, regeneração: sistemas agroalimentares?

Principais limitações:

- Como fazer uma nova sociobioeconomia aumentando o consumo de produtos de biodiversidade cultural.
- O sistema não incentiva a biodiversidade - simplificação da cadeia produtiva.
- Limitação de oferta de (baixa) biodiversidade - base alimentar sobre poucas espécies.
- Falta de taxonomia ambiental leva à desinformação cultural.
- Regulatório fiscal tributário sanitário e fitossanitário não favorece a sociobiodiversidade.
- Segurança alimentar consumo de processados e ultra processados.
- Pesquisa e desenvolvimento insuficientes para a diversidade e regeneração.
- Falta de incentivo (apoio) às pequenas cooperativas e pequenas cadeias produtivas da sociobiodiversidade.
- Baixa agregação de valor nas cadeias da sociobiodiversidade.
- Faltam grandes campanhas de marketing e comunicação para produtos da biodiversidade.
- Falta de alinhamento dos países no G20 sobre processos de aprovação de agrotóxicos que pode causar "leaked".

- Falta de disponibilidade de diversidade de recursos genéticos e sua conservação.
- Limitação da cadeia agroindústria e falta de fomento.
- Falta de modelos tecnológicos para cultivo das espécies nativas florestais. Como dar escala?
- Reduzida diversidade dos recursos genéticos conservados nos bancos de germoplasma.

Necessidades:

- Capacitar agentes das cadeias da sócio biodiversidade e sistemas agroflorestais.
- Alinhamento das regras de uso de agrotóxicos e incentivo a transição para sistemas mais sustentáveis inclusive o sentido ao uso de Bioinsumos.
- Nas relações internacionais, incluir produtos da sócio biodiversidade, aspectos sanitários, rastreabilidade.

Caminhos de atuação do Brasil no âmbito do G20

- Criar fundo global para recuperação/regeneração de vegetação nativa.
- Criar fundo global para diversificação dos sistemas agroalimentares.
- Criar Fundo mundial para diversificação dos sistemas agroalimentares.
- Fortalecer na FAO e TIRFAA a conservação da biodiversidade.
- Realizar ações e ter recursos para conversão da pastagem degradada em sistemas agropecuários e florestais sustentáveis.
- Criar regras comuns de princípios de sustentabilidade da produção agro alimentar EUDR.
- Definir princípios de sistemas agroalimentares saudáveis, seguros e sustentáveis. Incluindo toda a base química.
- Ações e recursos para conversão de pastagens degradadas em sistemas agropecuários e florestais sustentáveis.
- Promoção de comércio internacional mais biodiversidade em relação aos alimentos.
- Promoção é demonstração da sóciobiodiversidade brasileira.

Destaques realizados na plenária:

Foram realizadas discussões muito interessantes dentro do grupo, focadas em biodiversidade e como principais limitações trouxeram a limitação dos produtos que existem prontos para o consumo, da taxonomia que leva à desinformação, do consumo de processados entre outros e destacaram o fato de

não existir uma campanha de marketing para produtos de biodiversidade e a importância de se alinhar com os países do G20 sobre o tema agrotóxicos.

Nas necessidades destacaram a importância de capacitações e exemplificaram trazendo o fato de que as castanhas poderiam ser vendidas nos padrões internacionais, mas que atualmente isso não é feito.

Como caminhos de atuação destacou-se a importância de se combinar regras e princípios para os fundos globais e deixou como sugestão fazer no G20 um momento de experimentação com uma grande exposição degustativa com uma grande variação de frutas e pratos típicos para começarem a entender sobre biodiversidade.

E ao serem perguntados sobre o que seria a falta de recursos genéticos trazido como limitação esclareceram que diz respeito à falta de recurso genético preparado e pronto para ser usado nas cadeias produtivas.

Grupo 5: Desenvolvimento industrial aliado ao uso sustentável da biodiversidade.

O trabalho do grupo foi guiado pela seguinte pergunta: Sob a ótica do diálogo internacional, quais as principais limitações, necessidades e caminhos de atuação relacionados com o desenvolvimento industrial aliado ao uso sustentável da biodiversidade?

Principais limitações:

- Mecanismos distintos de acesso e repartição de benefícios.
- Sistema de avaliação de patentes lento.
- Operar o SISGEN (cadastros/ notificações/ modulo publicidade).
- Custos maiores para operar com a biodiversidade brasileira.
- Ciência e Tecnologia para novos usos da biodiversidade.
- Intercambio de C&T.
- Lidar com cadeias transnacionais.
- Viabilidade econômica de produtos baseados em biodiversidade.
- Gargalos estruturais (regularização fundiária, saneamento, logística).
- Leis e regulamentos nacionais e internacionais.
- Barreiras não tarifárias (CBAM, Due diligence).
- Assistência técnica.
- Marginalização de comunidades tradicionais.
- Entendimento pelos povos e comunidades tradicionais sobre a legislação.

Necessidades:

- Implementar o protocolo de Nagoya.
- Implementar a Lei 13123.

- Implementar acordos internacionais e nacionais EPANB.
- Fazer valer tratado Kunming Montreal.
- Desburocratizar processos (patentes, ABS).
- Políticas públicas para otimizar cadeias produtivas da bioeconomia (ex. compra de maquinários).
- Monitoramento do fundo nacional de repartição de benefícios.
- Liderar pelo exemplo (Metas nacionais da biodiversidade).
- Criar política pública que incentiva C&T para novos usos da biodiversidade.
- Conexão entre diferentes atores (cadeia produtiva, academia, empresas, governo).
- Criação de plataforma de informações de oferta/demanda de produtos da biodiversidade.
- Utilizar modelos exitosos aplicados na agricultura.
- Garantir que a cadeia seja perene, de qualidade e financiável.
- Gerar autonomia para comunidades.
- Reconhecimento dos povos e comunidades para conservação.
- Criar plano de desenvolvimento econômico e industrial para a biodiversidade.

Caminhos de atuação do Brasil no âmbito do G20:

- Harmonização e diversificação da repartição de benefícios.
- Compromisso com investimentos e financiamentos para bioeconomia.
- Estabelecimento de governança internacional para a bioeconomia.
- Compromisso em viabilizar e operar Fundo Internacional de Biodiversidade.
- Promover o cumprimento de regras e acordos internacionais.
- Capacitação e Transferência de Tecnologia.
- Cooperação em C&T para viabilizar cadeias.
- Estabelecimento de mecanismo de igualdade competitiva.
- Melhorar a comunicação com os membros do G20 sobre os benefícios da bioeconomia.
- Dialogar com países a importância e diferencial dos produtos baseados em biodiversidade (impactos socioeconômicos).
- Promover o debate de desafios e oportunidades de barreiras não tarifárias para a bioeconomia.
- Promover debate sobre diretrizes de transição justa e trabalho decente.

Destaques realizados na plenária:

O grupo falou sobre as principais limitações encontradas, destacou as diferentes legislações e o fato de que cada país possui o seu mecanismo de acesso e repartição de benefícios. Além disso, comentaram sobre a lentidão no sistema de avaliação de patentes, a dificuldade de informar os

cadastrados, o fato de o SISGEN não ser simples de entender, os altos custos regulatórios para operar a biodiversidade brasileira e a falta de assistência técnica para as cadeias produtivas.

Sobre as necessidades destacaram o ponto de o Brasil poder liderar pelo exemplo, a importância de se implementar os diversos acordos internacionais, ter políticas que incentivam os novos usos, ter uma plataforma de informações de oferta e demanda e utilizar modelos de sucesso já aplicados na agricultura e destacaram as cadeias produtivas em cooperativas, com compra de maquinários e o desenvolvimento de produtos com maior valor agregado.

Ao apresentar os caminhos de atuação no Brasil passou por todos os pontos e pediu a correção do fundo internacional de biodiversidade para nacional e destacou a importância de se melhorar as condições de trabalho dos povos e comunidades tradicionais.

Após a apresentação foi realizada a consideração de que é interessante realizar um alinhamento das políticas pública a nível de governo federal e como exemplo trouxe o fato de o estado da Bahia conseguir acessar os povos tradicionais e isso ser muito diferente em outros estados.

4. Encerramento

A facilitadora Tatiana parabenizou todos pela construção e provocou os participantes a trazerem um sentimento ou inspiração que acessaram ao olhar esse conjunto dessa produção e houveram manifestações que parabenizaram o trabalho realizado, que acharam a atividade interessante e a técnica boa para apoiar a criação de políticas públicas, que reforçou a importância de enviar todo o conteúdo para o G20, que o Brasil está gritando por conta de tanto veneno e que é preciso consumir menos veneno e manter a floresta de pé.

A Secretária Nacional de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima Carina Pimenta foi convidada para fazer o encerramento e agradeceu a todos pela dedicação, pelas discussões intensas e diversificadas. Ressaltou a importância desse espaço de participação e escuta pois é nesse espaço que se consegue ter uma melhor noção das diferentes realidades e diferentes expectativas e esse conhecimento gerado pode também embasar políticas domésticas para que conseguir avanças para além do G20. Além disso, destacou o G20 social como uma forma mais ampla dessa participação. Finalizou agradecendo o Itamaraty e a construção conjunta dentro do Governo.

Ao final, passou a palavra para o Coordenador-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores Vicente Araújo, que trouxe o evento como uma ilustração do que se tem falado sobre o Brasil como o país em desenvolvimento com a maior capacidade de formulação seja em posições internacionais ou políticas. Destacou a diversidade presente e a valiosa contribuição de cada um e agradeceu a todos.

5. Avaliação do evento

A avaliação do evento foi realizada através de um formulário no aplicativo GoogleForms e abaixo estão apresentados os resultados.

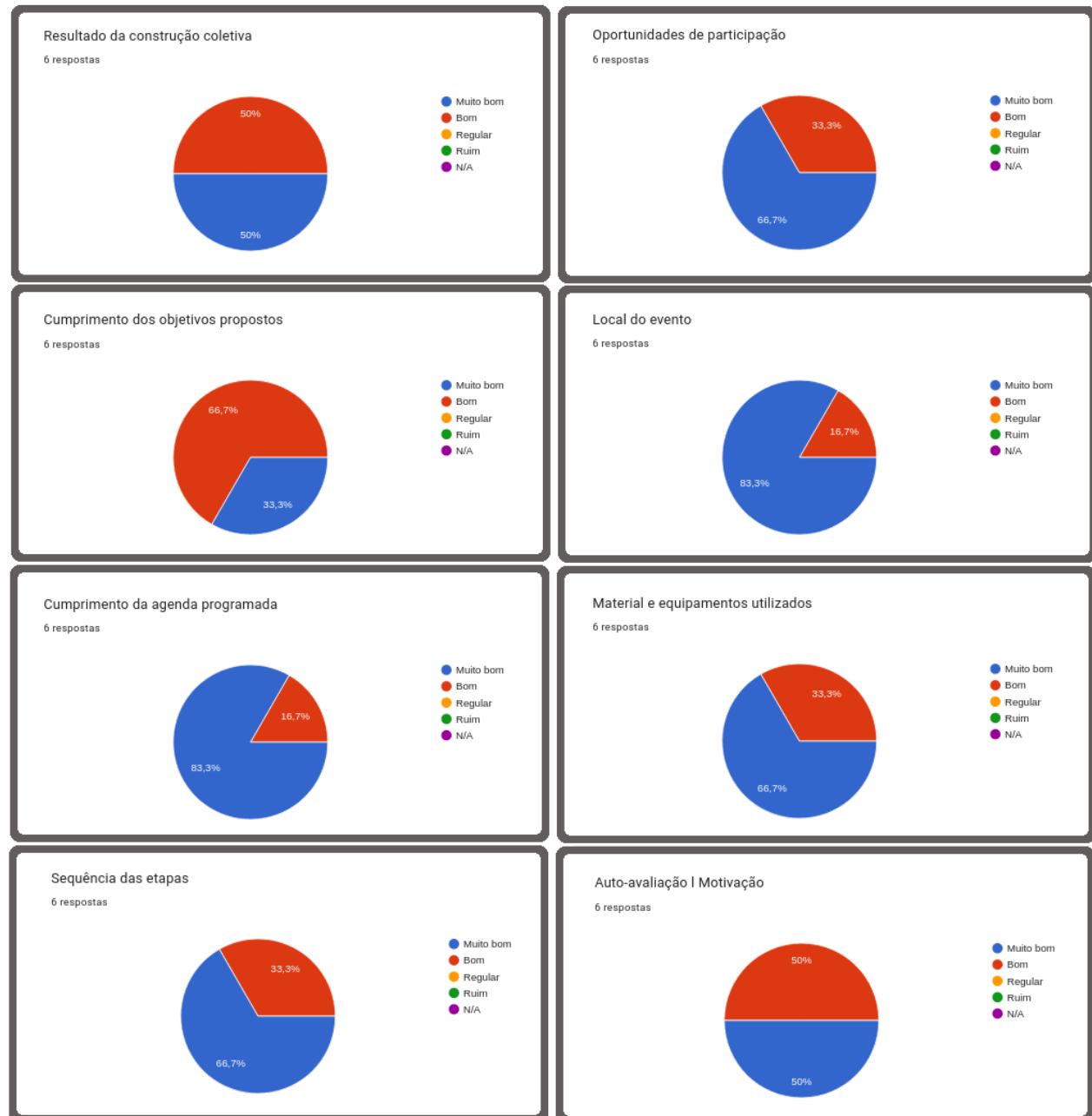


Figura 3: Imagens geradas pelo aplicativo utilizado na avaliação.

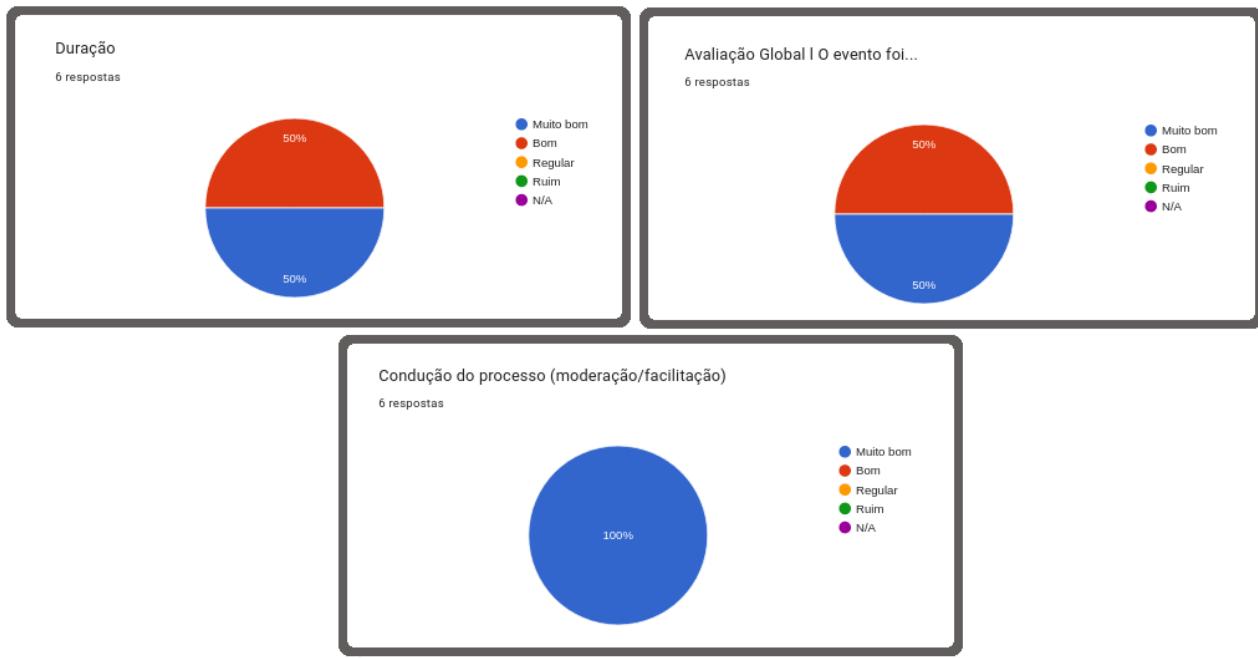


Figura 4: Imagens geradas pelo aplicativo utilizado na avaliação.

Pontos fortes:

- Metodologia.
- Processo (ferramenta) de cocriação e as palestras.
- Qualidade e interesse dos participantes no tema e em contribuir.
- Diálogo (mesmo que ainda tímido) com representantes de povos e comunidades tradicionais.

Pontos fracos:

- As falas estavam muito amplas, muitas vezes distantes do escopo do G20.
- Não ter espaço para nós apresentarmos e conhecermos durante as mesas. Fico preocupada se os pontos estão claros e em como serão sistematizados, pois há infos complementares e cruzadas.
- Tempo curto para as discussões dos grupos de trabalho.

Sugestões:

- Compartilhar a sistematização da reunião de hoje com participantes.

Espaço aberto:

- Parabéns pela escuta MMA e MAPA!

Anexo A – Registro Fotográfico



Foto 1: Mesa de abertura.



Foto 2: Apresentação das perspectivas da bioeconomia no G20 e no Brasil.



Foto 3: Mesa de discussão trazendo visões sobre a biodiversidade na bioeconomia.



Foto 4: Mística trazida pelos Povos e Comunidades Tradicionais.



Foto 5: Grupos de trabalho divididos por temas.



Foto 6: Grupo 1 - Financiamento da bioeconomia.



Foto 7: Grupo 2 - Sociobioeconomia, conhecimento tradicional e repartição de benefícios.



Foto 8: Grupo 3 - Papel da ciência, tecnologia e inovação nas cadeias produtivas da biodiversidade.



Foto 9: Grupo 4 - Diversidade e regeneração - Sistemas agroalimentares.



Foto 10: Grupo 5 - Desenvolvimento industrial aliado ao uso sustentável da biodiversidade.



Foto 11: Foto final de todo o grupo.



Desenvolvimento metodológico
Facilitação
Relatoria

Essência Processos Participativos

CNPJ: 22.266.474/0001-12

IE: 07.716.798/001-51

Contato Telefônico: (61) 98343 1525 (WhatsApp)

E-mail: tatianaessencia@gmail.com